

A história e o horizonte do pensar – entrevista com Denise Bernuzzi de Sant’Anna

Apresentação, entrevista e notas:
Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho¹

Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a historiadora Denise Bernuzzi de Sant’Anna tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, diversas pesquisas em torno de questões como embelezamento, higiene, saúde e alimentação, cujo ponto de convergência reside na preocupação em lidar com o corpo humano como um objeto do conhecimento histórico. Para tanto, busca tratá-lo nos termos de um feixe de relações tecidas em culturas e épocas específicas, e não como um dado natural e auto-evidente. Trabalho que exige problematizar continuamente as condições de possibilidade que fazem emergir imagens, práticas e valores cuja preponderância é resultado de confrontos e tensões entre os mais diversos atores sociais; perspectiva que requer, ainda, o entendimento do espaço – nesse caso, das cidades – como expressão concreta das projeções, sentimentos e receios experimentados em determinado tempo e lugar.²

Nesta entrevista se buscou enfatizar a cidade e as formas pelas quais o historiador pode abordá-la, seja no curso de suas investigações, seja na elaboração de uma crítica do tempo presente – faces diversas de um mesmo movimento: o de tecer possibilidades de compreensão sobre modos de vida ligados à condição urbana, no passado como em nossos dias. Pois, menos que uma definição estável e transparente, menos que um conceito posto em causa de quando em vez, a cidade constitui, para a reflexão historiográfica, um *campo de problemas* cujo encaminhamento demanda, sempre, rigor na análise dos documentos e clareza quanto aos seus princípios teóricos. Em meio a todas essas exigências, a ética, como veremos, exerce um papel indeclinável no vislumbre do alcance e dos limites do conhecimento produzido.

Se uma entrevista supõe, de partida, inclinação ao diálogo, abertura para a confrontação de idéias e a tessitura de novas perspectivas, é preciso

realçar um pormenor que acentua a disposição invulgar dessa interlocutora para a seara do debate: o fato, trivial somente em aparência, de haver aceitado tomar parte numa conversa que, ao contrário do usualmente praticado e em razão de circunstâncias bastante específicas, aqui se efetuou por escrito. O tempo da fala, mais ágil, descontraído e célere, precisou ceder à cadência morosa da letra, demandando rigores e certa paciência de ordinário pouco cultivada nessa forma de exercício acadêmico.

Na maneira como discorre sobre as questões formuladas, Denise Bernuzzi favorece um reencontro com seus trabalhos já publicados, de onde reverberam ponderações e comentários sobre temas diversos e entrecruzados com sutileza – a cultura material, o viver urbano, a politização do saber histórico, representações e práticas do corpo, aspectos da subjetividade contemporânea, os encantos da lentidão e os apelos da velocidade – todos assinalados por uma marca comum: a lucidez. Parece sugestivo que, lendo a entrevista, sejamos igualmente reenviados aos textos dessa historiadora, capturando neles nuanças de um entendimento que, por vezes, afigurava-se até então menos explícito. Dessa maneira é possível obter um registro oportuno acerca de procedimentos da pesquisa histórica que, muitas vezes, cintilam discretamente na superfície da escrita, e agora aparecem com maior realce. Pois uma entrevista não é nunca ponto de chegada, mas baliza, sempre provisória e movente, a partir da qual se desenha um horizonte capaz de acolher nossas idéias e questionamentos; ciente de suas limitações, ela pretende incentivar outras incursões do pensamento que, partindo desse contato mais ameno e direto, conduzam a indagações outrora impensadas.

* * *

Suas reflexões têm constantemente se dedicado ao corpo como um campo de investigação histórica. Ao mesmo tempo, percebe-se o cuidado de não concebê-lo nos termos de um objeto autônomo, isolado e auto-referido, e sim integrá-lo numa rede que inclui, também, o que se apresenta exterior ao corpo, como o ambiente construído, os sistemas técnicos, a cultura material. De que modo, e a partir de quando, as preocupações historiográficas em torno da experiência social e material no espaço urbano passaram a ter maior assiduidade nas suas pesquisas?

Denise Bernuzzi – Como você sabe, toda cultura possui uma inegável inscrição material. Enquanto alguns pesquisadores ingleses compreen-

diam os objetos como “formas de cultura” e utilizavam a expressão *material culture* pelo menos desde 1875, na França foram sobretudo os antropólogos e sociólogos que estudaram primeiramente os gestos técnicos característicos da fabricação de objetos diversos. No âmbito da história, Fernand Braudel preferiu falar em termos de “civilização material”, mas considerou os objetos como catalisadores da longa duração histórica.³ Leroi-Gourhan⁴ destacou uma continuidade importante entre a tecnologia e a sociedade e, principalmente depois da década de 1970, a expressão *cultura material* se fez presente no campo de pesquisas de historiadores em diferentes países.

Para mim, foi essencial ter entrado em contato com duas obras totalmente diversas uma da outra: a primeira é aquela do filósofo Gilbert Simondon.⁵ Antes disso, eu nunca havia pensado que fosse possível ir tão longe no entendimento sobre o vínculo entre gesto técnico e condutas éticas. A segunda é a do poeta Francis Ponge,⁶ cujo trabalho me ensinou a cultivar uma espécie de paciência para com as “coisas”. Com a ajuda de uma bibliografia sobre corpo e técnica, além das indicações do historiador Hermetes Reis de Araújo, pesquisador das relações entre técnica, natureza e cultura material, pude perceber o quanto a historicidade dos objetos era um campo de pesquisa promissor. Eu estudava a história da antiga (e tão atual) busca do embelezamento das aparências, tema de um doutorado defendido em 1994,⁷ sob a orientação da professora Michelle Perrot.⁸ A busca de uma aparência bela me levou a pesquisar a história da indústria de cosméticos posterior à década de 1920, a invenção de aparelhos e técnicas de beleza inimagináveis antes dessa época. Cada instrumento ou cada produto criado para embelezar o rosto da mulher, por exemplo, vinha acompanhado de gestos, atitudes e posturas até então inexistentes. A banalidade e a frivolidade do universo de cosméticos estudado me levou a perceber a riqueza das conexões entre sensibilidade e cultura material. Além disso, naquela época havia um verdadeiro florescimento de estudos sobre os possíveis prolongamentos entre corpo e técnica, especialmente nos Estados Unidos e na França. Uma nova geração de sociólogos insistia na importância do legado de Walter Benjamin, enquanto diversas feministas buscavam inspiração nos trabalhos de Donna Haraway⁹ e Bruno Latour.¹⁰ Fiz um pequeno curso com o Latour e, na mesma época, eu e Hermetes entramos em contato com Paul Virilio,¹¹ que nos concedeu uma entrevista na qual foram discutidas as implicações políticas da endocolonização tecnológica do final do século XX.

Também tive a oportunidade de conhecer Francisco Varela,¹² e seus textos sobre a ética marcaram profundamente minha maneira de ver o mundo. Na verdade, os anos vividos na França me possibilitaram obter um grande acúmulo de informações e de contatos fundamentais para o desenvolvimento da vida acadêmica e, em particular, para perceber a importância da ética no questionamento da ciência e da técnica.

No entanto, antes disso, durante o mestrado,¹³ certos aspectos da cultura material, intimamente relacionados à expressão corporal, já faziam parte, de algum modo, dos estudos realizados em torno do lazer urbano. Aqui, encontrei ressonâncias interessantes entre os corpos dos habitantes da cidade que estudei (São Paulo) e a maneira de funcionar ou de não funcionar desta megalópole. Nessa época, ao estudar a campanha “Mexa-se”, foi inevitável perceber a conexão cotidiana entre os equipamentos urbanos e a promoção de um corpo repleto de qualidades para o regime militar vigente, pois, na divulgação da “Mexa-se” pela televisão, os conselhos para utilizar escadas, entre outros equipamentos capazes de colocar o corpo em movimento, ocupavam o centro da cena. Além disso, a bibliografia relacionando corpo e cidade era bastante rica. Por exemplo, bem antes de Richard Sennett publicar o livro *Carne e pedra*, havia o clássico de Lewis Mumford sobre a cidade na história,¹⁴ no qual o espaço urbano deixava de ser concebido unicamente como paisagem. As contribuições de Marcel Mauss, outro exemplo, sobre as técnicas corporais,¹⁵ também forneceram pistas importantes sobre a modelagem dos corpos segundo as culturas e os ambientes. E a via é de mão dupla: a cidade também diz muito sobre as particularidades corporais de seus habitantes.

Mais tarde, com o trabalho que realizei para a livre-docência,¹⁶ sobre a história dos usos da água pela população paulistana durante o século XIX, pude aprofundar intuições e estudos anteriores. Pois os equipamentos urbanos de salubridade, higiene e abastecimento funcionavam como uma espécie de testemunho dos limites e também dos sonhos humanos. Alguns desses equipamentos foram esquecidos, tanto quanto os ofícios a eles relacionados: carros de madeira com pipas de água, conduzidos por aguadeiros; pontes, também de madeira, administradas por fiscais; chafarizes e seus zeladores; barcos e seus barqueiros que marcavam presença nos rios da cidade (a maior parte deles soterrada ou transformada em esgoto depois da República).

Sua fala indica como essas mudanças no universo do trabalho, resultando em desaparecimento de várias atividades e artefatos comuns à vida cotidiana de sociedades do passado, fornecem indícios sobre os vínculos entre o espaço urbano, a natureza e as práticas corporais. No entanto, essa investigação também aponta para ritmos e sensibilidades inusuais em nossos dias; fica a impressão de que a imaginação do historiador estaria portanto sujeita a um rigor metodológico mais acossado pelos riscos do anacronismo ou mesmo a incompreensão de comportamentos e valores correntes em outra época.

D. B. – O risco do anacronismo pode parecer um tormento, mas é graças a sua presença que o historiador se esforça cada vez mais para questionar a historicidade de seus próprios valores e sensibilidades. Quando me deparei, por exemplo, com concepções de limpeza vigentes em diversas moradias do século XIX (hoje consideradas sinônimos de sujeira), não foi fácil abandonar idéias preconcebidas, ou melhor, perceber que elas eram preconcebidas e que o rigor da higiene em outras épocas não estava, ainda, pautado pelo intenso uso da água. Mais complicado do que isto foi entender o quanto diversos moradores de São Paulo, durante a primeira metade do século XIX, talvez não desejassem ser tratados como “sujeitos de uma história”, com suas liberdades, direitos e deveres. E que, mesmo assim, eles exerciam um certo domínio soberano sobre seus modos de vida. Da mesma maneira, não foi fácil pensar que as mulheres pobres, habitualmente encarregadas de buscar água nos rios e chafarizes, não eram, necessariamente, recatadas e arcadas pela vergonha, tal como escreveram alguns cronistas. Eu sabia que elas não eram igualmente tão debochadas quanto a polícia as descrevia. Daí a necessidade de cruzar vários comentários sobre um mesmo grupo de pessoas (e, também, sobre ambientes, objetos etc.) e perceber, por exemplo, que, em certo sentido, a voz da mulher pobre incomodava na medida dos interesses e valores de quem a ouvia. O volume dessa voz poderia ser aumentado ou diminuído, dependendo de quem estivesse escrevendo a seu respeito. Além disso, muitas dessas mulheres andavam cobertas com mantilha menos por um pudor tecido com os valores do nosso tempo do que pelo constrangimento de exibirem as marcas deixadas pela varíola em seus rostos. Mas, em outros momentos, o manto do pudor, diante de algum estrangeiro, também podia funcionar... ou, ainda, o frio paulistano, hoje bastante reduzido, contribuía para o uso de tal vestimenta.

Há sempre uma gama de razões e sentimentos para explicar, em parte, um gesto e um objeto. O difícil é dosar o peso de cada explicação, perceber em cada momento as razões do predomínio de uma sobre as outras e, igualmente, as maneiras pelas quais elas eram vistas, por olhos que certamente não são mais os nossos. Há, portanto, sempre uma certa distância entre nós e “eles”, nós e nossa paixão pela democracia, por exemplo, pelo desvendamento completo, nós e nossa sensibilidade relacionada à descontração corporal do tempo presente, ciosos de nossas liberdades individuais.

Penso que sempre haverá uma gama de aspectos das vidas passadas que não poderemos desvendar. E não se trata apenas da dificuldade de obter registros sobre elas mas, também, de um limite nosso. Essa zona de segredo que nos separa dos outros é salutar para o historiador. Ela funciona como uma espécie de reserva contra uma suposta arrogância, ou talvez inocência, em acreditar que se pode desvendar, esclarecer, tirar todos os véus e mantilhas para finalmente encontrar o sujeito. Ocorre que esse vaivém do presente para o passado e vice-versa ajuda a retirar alguns véus, tanto quanto contribui para vislumbrar outros! E é nesse momento da pesquisa que aprendemos de fato a respeitar, sem devoção nem piedade, um mundo diverso do nosso; um mundo que poderá ser historicizado, pois ele não cessa de nos revelar algo antes desconhecido e, ao mesmo tempo, de ocultar experiências cuja existência mal podemos imaginar.

Assim, a caminhada do conhecimento, revelando constantemente novas zonas de sombra, por vezes à beira da freqüentação de histórias sem nome, não é, certamente, uma via de mão única, nem uma vereda sem volteios. Mesmo quando é forte a impressão de que uma etapa chegou ao fim e uma outra está sendo iniciada, talvez existam inquietos vaga-lumes no presente, lampejando histórias do passado e alçando nossas criações para o futuro. Mas eu nem poderia dizer ao certo se seria exatamente uma caminhada. Essa palavra, por hábito arraigado, tende a sugerir um movimento do corpo para frente. Melhor seria pensar a imagem de uma dança; e é muito reconfortante saber que, entre os vários ofícios existentes no mundo, este de historiador situa-se, apesar de todos os percalços, entre aqueles em que a evocação de belas imagens – como esta da dança, por exemplo – não é ainda totalmente anacrônica ou sem sentido!

Esse cuidado na interpelação dos vestígios de outras experiências, amiúde arreadas ao nosso anseio por estabelecer equivalências, requer, outrossim, certo despojamento ou problematização de concepções herdadas. Ora, especialmente após o advento da Revolução Industrial, ganhou força, no imaginário das sociedades ocidentais, a identificação da cidade como o lugar por excelência onde o homem moderno deposita as marcas de sua conquista sobre as forças naturais e concretiza seu engenho criador. O mundo urbano representaria, sob tal ponto de vista, a quintessência do artifício, a pátria do avanço técnico, o reduto da civilização – perspectiva que, em contrapartida, fortalece a cisão natureza / cultura, igualmente cara ao pensamento moderno. No seu recente estudo sobre usos da água em São Paulo, como se deu o enfrentamento dessa antinomia? A investigação histórica favorece a disposição de pôr em causa essas cristalizações arraigadas? Até que ponto escolher um objeto de pesquisa tão fluido quanto a água permite uma revisão de esquemas abstratos e pouco questionados?

D. B. – Dividi o estudo sobre a água em dois grandes momentos: “A visibilidade da água”, título do primeiro, focalizou uma época de grande presença dos rios no espaço urbano. São Paulo era uma cidade pequena, intimamente vinculada a seus caminhos fluviais e às atividades da pesca, do transporte feito por barcos, das lavadeiras às margens do rio Tamanduateí, ou dos meninos que brincavam no meio do rio Pinheiros; assim como havia separações entre os sexos em solo firme, havia uma divisão entre águas de mulheres e águas de homens. O fundo e o meio do rio eram mais propícios a eles, pois as mulheres precisavam ter os pés bem plantados na terra. Portanto, elas lidavam preferencialmente com as águas das margens fluviais, locais em que retiravam lama para a olaria, lavavam roupas e utensílios domésticos, molhavam os pés e refrescavam a alma. Época de freqüente crença nas forças das chuvas, temporais, enchentes... supostos sinais da ira divina, provas do quanto a cultura dos homens ainda podia ser submetida às potências naturais e sagradas. Época, ainda, em que a água considerada pura deveria ter odor suave e gosto agradável, ser clara, corrente e fresca.

Essa paisagem cultural e natural se modificou ao longo do século e a segunda parte do trabalho, intitulada “Do visível ao invisível”, mostrou que, desde a década de 1880, aproximadamente, não era mais suficiente atribuir à água as qualidades acima mencionadas. Além delas, o precioso líquido precisava estar livre daquilo que na época muitos chamavam de “monstros invisíveis”, ou seja, os micróbios. Outras mudanças importantes também ocorreram: a cidade perdeu de modo mais acelerado a sua paisagem

aquática: as águas até então expostas ao olhar de todos, ao brilho da lua e ao calor do sol – em rios, regos abertos, caixas d'água sem tampa,oringas e talhas abertas e bicas desprovidas de torneiras – foram metidas em canos, ganharam a escuridão do subterrâneo urbano, deveriam ser controladas por hidrômetros e, em muitos casos, passaram a ser vistas somente por meio das descargas mecânicas e pela abertura de uma torneira. Esta abertura, possibilitada pelo prosaico giro das mãos (hoje há outros gestos, pois existem diferentes torneiras, algumas inclusive com vocação minimalista: economizam movimentos corporais), nos coloca em contato com uma longa rede de caminhos percorridos pelo líquido, mas cuja paisagem não conseguimos mais visualizar. Agora, a natureza se inclina na direção das expectativas humanas em termos de conforto e salubridade. Em vários locais da cidade, a água ganhou, assim, a forma circular dos canos, como se contrariasse sem pudor seu antigo vício de correr sempre rente ao solo: por meio das tubulações dentro dos edifícios ela pôde correr acima das mais ilustres cabeças. Ao mesmo tempo, os poucos rios que restaram a céu aberto tiveram suas funções reduzidas; e hoje eles servem apenas como esgoto ou como matéria-prima para as hidrelétricas.

Há pouco você mencionou alguns dos autores cuja leitura inspirou e influenciou suas reflexões, assinalando quão coletivo é o processo do conhecimento. Em artigo publicado há alguns anos, destinado a traçar um quadro geral da história urbana, afirma-se: “uma boa parte da historiografia [brasileira] está mais preocupada em seguir os caminhos de Benjamin e Marshall Berman do que em fazer pesquisa histórica”.¹⁷ Essa crítica severa exprime um desconforto presente em outros campos do saber histórico, nomeadamente em torno da articulação entre teoria e material empírico. Gostaria que você comentasse o encaminhamento dado a essa relação fundamental e sempre problemática, no âmbito de suas pesquisas.

D. B. – Eis aí uma questão que não consigo responder. Não sei mais quem alimenta o quê. O arquivo me faz pensar teoricamente. A bibliografia me leva a questionar as fontes arquivadas... Um sem o outro... seria impossível!

Em Políticas do corpo, você salienta: “As cidades revelam os corpos de seus moradores. Mais do que isso, elas afetam os corpos que as constroem e guardam, em seu modo de ser e de aparecer, os traços desta afecção. Há um trânsito ininterrupto

entre os corpos e o espaço urbano, há um prolongamento infinito, e em via dupla, entre o gesto humano e a marca ‘em concreto’ de suas ambições e de seus receios”.¹⁸ Como a atenção a esse duplo câmbio tem repercutido nos seus trabalhos?

D. B. – Com os trabalhos sobre a água e a higiene na cidade de São Paulo este duplo câmbio apareceu inúmeras vezes. Em processos criminais, por exemplo, tive contato com descrições pormenorizadas sobre os objetos circundando as situações suspeitas de crime e contravenção. Eles diziam muito sobre o cotidiano e os sentimentos humanos, informavam sobre o peso da labuta diária de cada um, indicavam os trajetos preferidos por cada pessoa na cidade, os lugares de segredo ou de revelação da intimidade de homens e mulheres. Quando trabalhei sobre a vida dos antigos barqueiros, outro exemplo, foi impressionante observar o quanto o uso do remo, do varão e de outros instrumentos de trabalho não apenas marcava seus corpos (fortalecendo mais certos membros do que outros, delineando uma determinada postura da cabeça, dos braços e do tronco...) como também construía sem cessar um certo modo de ver o mundo, de sentir o próprio corpo e os perigos ou agruras da vida. O mesmo ocorreu quando estudei asoringas de barro (havia uma variedade delas!) utilizadas nas residências da primeira metade do século XIX. As “moringas borbulhantes”, por exemplo, deixavam sair a água por um orifício bem estreito, o que sugeria um certo vagar de apreciação do líquido. Seu uso, portanto, indicava momentos mais contemplativos, avessos à pressa, diferentes da temporalidade sugerida pelo uso dos jarros de boca larga. Tudo isso é, à primeira vista, muito simples, detalhes que compõem a relação entre o homem e a materialidade por ele construída. Mas é por meio dessas pequenas coisas, do manejo habitual de uma gama diversa de objetos, que podemos perceber algumas das singularidades da vida no passado.

Há uma célebre passagem, salvo engano de Rousseau, que afirma: “Casas fazem um burgo, cidadãos fazem uma cidade”. Parece que temos aí uma retomada da distinção clássica entre urbs e civitas. Como tantas outras instituições, aspirações e projetos amplamente acalentados entre nós, muitas vezes esse apelo ao ideário da cidadania chega como espelho distante, medindo pela negação nossas diferenças em relação aos países que estiveram na dianteira da modernidade ocidental. Persiste, assim, uma sensação internalizada de falta, insuficiência, atraso, inadequação, pois a tendência preponderante é, ainda, propugnar um enquadramento em modelos de desenvolvimento – tanto econômico

quanto social — exógenos a nossa formação histórica. Na sua opinião, quais seriam os elementos basilares para compor uma “cidade de cidadãos”, à brasileira?

D. B. — Essa questão deveria, antes de tudo, estar presente na cabeça de todos os habitantes de uma cidade, mesmo quando ela já possui cidadãos. Construção histórica, a cidadania necessita ser diariamente fomentada, problematizada, submetida à análise. Quando, ao contrário, ela é mínima ou inexistente, talvez a primeira coisa a fazer é entender historicamente o que existe em seu lugar. Somente a partir desse entendimento é possível avaliar se a cidadania é possível, desejável, necessária, e qual cidadania seria conveniente defender. Mas, antes da cidadania propriamente dita, creio que é preciso lutar por cidades capazes de acolher e exprimir as diferenças humanas e não apenas aquilo que se tornou o seu padrão. Explico: pelo menos desde a década de 1960 há um padrão urbano brasileiro extremamente simplista e avassalador: as grandes cidades, por exemplo, são, em geral, concebidas mais para o automóvel do que para o pedestre. Nelas o automóvel é o centro das atenções e muitos bairros ou até cidades inteiras parecem feitos somente para a dita máquina: avenidas consideradas sofisticadas na capital paulista, por exemplo, são margeadas por lojas de automóveis, postos de gasolina com uma sociabilidade *self-service* para seus clientes, grandes estacionamentos. Já em vários locais empobrecidos, impediram as borcharias e casas cariadas pela poluição, sem contar as antigas e modestas oficinas. Para poder “acontecer”, as lojas, *shoppings*, escolas, clubes precisam, necessariamente, prever estacionamento ou formas de convênio junto a *parkings* das redondezas. Quem nunca saiu do Brasil ou não viveu em cidades brasileiras do passado pode achar essa paisagem perfeitamente normal. Mas ela foi historicamente normalizada entre nós e não no mundo todo (apesar de não sermos os únicos a seguir tal sina).

Inúmeras residências brasileiras, outro exemplo, possuem um formato no qual o espaço da sala ou da cozinha, na parte dianteira da construção, fica exatamente ao lado da garagem. Ou seja, “comendo” um espaço do que seria o interior de um dos cômodos, esta espécie de troféu familiar que é o carro possui seu nobre abrigo, às vezes, totalmente vizinho à sala de visitas! Há situações em que o portão da dita residência chega a se dobrar para fora, formando um círculo no ar do espaço público das calçadas porque o carro não cabe dentro da residência. Evidentemente não é o caso de recriminar essas moradias. O problema é mais amplo: quando não há

transporte público eficiente, acessível e farto, resta como única opção ter automóvel. E, devido a seu valor de mercado e à pobreza reinante no país, é preciso de fato cuidar para que ele não seja roubado. Assim, retornando à questão, uma metrópole digna (que funcione como cidade e não somente como aglomerado de carros) com toda a sua riqueza de possibilidades (ainda nem estou falando em cidadania!) precisa oferecer a seus habitantes meios de transporte diferentes e igualmente dignos, eficazes e que não representem grande ônus. Dessa forma, o automóvel particular seria não mais uma verdade natural e imprescindível, e sim “uma opção” entre outras para se locomover. Sem haver opção, como é que podemos usufruir da liberdade de escolha, logo, da democracia e da cidadania? O imperativo do automóvel é apenas um aspecto da homogeneidade urbana mencionada acima. Infelizmente há outros aspectos dessa pobreza cultural. Mas, felizmente, a invenção cultural das diferenças teima em brotar, e, muitas vezes, isto ocorre em meio às avenidas, entre um estacionamento e outro!

A profusão do automóvel leva a pensar na crescente solicitação ao deslocamento e no temor ao desperdício de tempo — atitudes que pontuam o dia-a-dia das grandes cidades. Milton Santos chegou a advertir que, na metrópole dos nossos dias, a força dos desafortunados residiria na lentidão, como se sua limitação de velocidade implicasse maior agilidade de reflexão.¹⁹ Tratar-se-ia, portanto, não de uma perda de tempo e poder, mas de um ganho, sem alarde, em favor do pensamento. É possível, no confronto com temporalidades de épocas passadas, apre(e)nder a potência e o valor da lentidão, sem para isso ter de convertê-la em troféu ou insígnia, como ordinariamente se fez ao glorificar o movimento acelerado?

D. B. — Creio que sim. Havia escrito que a lentidão não requer degredo, não carece de lugar afastado da velocidade e das grandes cidades para ser exercida. Ela pode ser um modo de sentir e pensar o mundo, e não necessariamente se limitar aos movimentos dos nossos membros. Há uma lentidão a ser conquistada em relação à respiração, por exemplo, ou ao olhar, ao modo de ouvir o outro, de apreciar alguém ou alguma coisa. Lentidão pensada como um meio essencial para possibilitar a reflexão. Precisamos ter reflexos rápidos, mas, quando se trata de reflexão, a rapidez não é necessariamente uma vantagem. Para refletir é preciso tempo. Uma cidade que leva seus habitantes à reflexão e, sobretudo, a uma reflexão que não seja somente conceitual, desconectada do corpo e das experiências

cotidianas, é, a meu ver, uma heterotopia, no sentido atribuído por Michel Foucault a este termo. Ela deixa de ser cenário ou algo do qual é sempre preciso escapar ou, ainda, algo a dominar, para ser aquilo que nos possibilita inventar nosso futuro. Ela não é nem utópica, nem unicamente se limita ao que vemos individualmente em nossos itinerários. Por isso, nela as travessias dos habitantes pelas ruas, por exemplo, podem funcionar como travessuras. Seria interessante recuperar o sentido histórico da palavra *travessura* nesses tempos em que impera a publicidade favorável, sobretudo, à *aventura*. O mesmo eu diria em relação à palavra *peleja*, justamente hoje quando se fala tanto em *performance*. Felizmente há sempre cantos e lugares que funcionam sem excluir a reflexão, a peleja e a travessura. Todavia, é necessário contextualizar todos esses termos, caso contrário corre-se o risco de transformá-los em novos clichês. E esse é um problema sério: depois de tantos elogios à velocidade, assistimos a tendências que vão do *slow food* à voga da meditação. O risco é tornar a lentidão uma espécie de novo guia da modernidade; ela, que era considerada sinônimo de atraso, vira, assim, um sinal de adiantamento na vida. Há ainda o risco de uma lentidão de superfície, ou pior, de dissociar uma coisa da outra: lentidão e velocidade são interessantes, importantes, desde que não sejam interpretadas como normas gerais, “imagens de marca” ou se tornem “a natureza” de uma determinada classe social e de alguns países.

Num poema intitulado “Escritos com o corpo”, João Cabral de Melo Neto alude a um parentesco entre dois sentidos: “porém de perto, ao olho perto, / sem intermediárias retinas, / de perto, quando o olho é tato, / ao olho imediato em cima”²⁰ Parece mesmo haver certas afinidades entre o olho e a pele, ver e tocar, movidos que são por um ímpeto de aproximar e pôr ao alcance o que está distante. A arquitetura costuma privilegiar essa dupla perceptiva no aperfeiçoamento das formas e dos materiais. Os outros sentidos do corpo, porém, tendem a receber pouca atenção. Ora, trabalhos de historiadores como Alain Corbin²¹ e Richard Sennett²² argumentam que a supremacia da visão não constitui um dado natural, mas resulta de um processo sociocultural que vem se acentuando, no Ocidente, especialmente desde o século XVIII. Um tratamento mais equilibrado das diferentes sensibilidades, mediante intervenções no espaço urbano, ajudaria a instruir os indivíduos na elaboração de uma cultura sensível menos colonizada pela imagem? Esse desafio é apanágio específico da criação artística, ou a pesquisa histórica aí desempenharia algum papel?

D. B. – Menos colonizada pela imagem? Mas a relação entre visão e imagem é milenar! Mesmo naquelas culturas em que a imagem religiosa é proibida em benefício da palavra oral e escrita, eu perguntaria: qual palavra não está envolta, constituída e comprometida com imagens? O problema, creio, se coloca quando uma certa maneira de ver (pois disporíamos de muitas!) se associa a determinadas imagens com tamanha assiduidade que acabamos acreditando na naturalidade e na fatalidade desta união. Por exemplo, há quem pense desse modo ao fazer a associação entre a cidade de São Paulo e a imagem do caos. São Paulo e caos parecem ter sido sempre sinônimos um do outro, como se fosse da natureza de ambos tal associação, e não o resultado de uma história. Mas, quando se estuda a constituição dessa cidade, o referido caos revela perfis específicos, nem sempre presentes no cotidiano paulistano e, ainda, percebe-se que sua fabricação resulta de determinados interesses relacionados à especulação imobiliária, às características da nossa República, à presença da Light durante décadas na cidade etc. E se submetermos a noção de caos à análise histórica, seus significados também deixarão de ser os mesmos! Há inclusive uma tendência defensora da familiaridade entre caos e ordem.

De todo modo, as associações entre imagens e valores podem ser tão reveladoras quanto enganadoras. E o estudo da história exerce aqui um papel fundamental. Ele é um estratégico antídoto contra a promoção do clichê! Por meio da pesquisa histórica é possível alcançar as condições sociais, culturais, subjetivas e políticas que foram necessárias, a cada vez, para tornar verdadeira ou falsa uma determinada associação entre *as palavras e as coisas*. No entanto, é a arte que cria condições para a percepção daquilo que ainda não virou história. Ela nos projeta para o impensável, ultrapassa os limites da alteridade consciente. Por isso, creio que ambas, a história e a arte, são essenciais para perceber, ao mesmo tempo, o instante e o devir.

Num país de urbanização recente, como o Brasil, o século XX marcou explicitamente a penetração do capitalismo na produção social do espaço das cidades, resultando numa dinâmica cada vez mais subordinada ao valor de troca, ávido por construir / demolir para prontamente rentabilizar seus investimentos. Esse processo de efemeridade crônica atingiu tamanha intensidade que o urbanista Lewis Mumford chegou a equiparar metrópole a necrópole. Existe alguma relação entre esses mecanismos que abreviam o tempo das paisagens urbanas e a sofreguidão contemporânea por majorar a própria vida?

A desapareção programada dos espaços (largamente insuflada pelo capital imobiliário) se buscaria algum tipo de compensação no empenho em protelar nossa própria morte?

D. B. – Concordo com você e ainda acrescentaria o seguinte: soma-se ao desaparecimento cada vez mais rápido do espaço a redução da utilidade ou vida útil dos objetos e equipamentos urbanos. Tudo parece funcionar no curto prazo. Não se faz mais um automóvel nem uma geladeira para durar décadas. No entanto, nunca como em nossos dias o ser humano buscou tão amplamente soluções para prolongar seu tempo de existência, alargando infinitamente seu “prazo de validade”. E, ainda, a expectativa de vida em alguns países chegou a níveis inusitadamente altos, a ponto de, na Alemanha, por exemplo, ter sido criado um mercado para a quarta idade, capaz de atender exclusivamente quem possui mais de 85 anos. Há a procura, consciente ou não, de uma compensação, conforme você mencionou. Busca-se protelar não apenas a morte mas, sobretudo, o envelhecimento. Não faz muito tempo, a velhice era uma época da vida inevitável e ela tinha seus sinais inegáveis: cabelos brancos, rugas, dentes que caem (além de outras quedas hoje bastante desagradáveis até mesmo de serem ditas). Como escreveu Paulo Leminski, “hoje, a morte está difícil”. E a palavra velhice... virou uma espécie de palavrão. As rugas se tornaram sinônimo de cansaço, tristeza ou negligência para consigo. Quando se acredita que a velhice é menos um período da vida do que um “estado de espírito” passível de ser combatido, não há mais desculpas para aparentar a idade que se tem. A velhice perde todo sentido, assim como a dor, especialmente depois da descoberta da anestesia, foi desinvestida da propriedade de provar alguma força do caráter de quem a sofria. Para não envelhecer, a megaindústria voltada ao corpo oferece uma miríade de soluções: desde a “prisão perpétua” dos radicais livres, garantida pela publicidade de alguns cosméticos, até a realização de implantes, preenchimentos ou cirurgias. Assim, mais do que o medo da morte, o que rege as condutas parece ser o medo de parecer velho.

*O advento da metrópole moderna produziu uma experiência cotidiana cuja escala – de territórios, mas também de ritmos e estímulos psicossomáticos – em muito ultrapassa as possibilidades de apreensão do indivíduo, dada a envergadura descomunal dos aglomerados urbanos. Ao mesmo tempo, conforme você ponderou em *Corpos de passagem*, vive-se hoje uma espécie de solicitação ao confinamento endêmico, como se*

a cidade grande padecesse de encolhimento, sofresse compressão, deixasse de comportar espaços favoráveis à presença de seus habitantes.²³ Como dar conta desse paradoxo – uma amplidão desmesurada em que o corpo parece mal caber?

D. B. – Certa vez um francês escreveu que os moradores da capital paulista utilizavam com frequência o diminutivo em seu vocabulário. Supôs que seria esta uma maneira de amenizar a sensação de desamparo recorrentemente lembrada por aqueles que vivem nessa espécie de cidade sem rosto, capital do capital, onde tudo parece ser gigantesco, fugindo à escala humana, incluindo sua pobreza e sua riqueza. Assim, seria possível amenizar a desumana escala, na medida em que o detalhe, o pequeno e o pouco evidente são acentuados. Os confinamentos podem, diferente disso, ser simplesmente resultado do receio de viver o desamparo, ou, ainda, um modo de se sentir minimamente seguro. Mas é interessante observar o quanto vem sendo recriada uma série de locais de acolhimento, lazer e encontros urbanos dentro de espaços fechados: alguns clubes, escolas, *shoppings*, condomínios são, hoje, muito diferentes daqueles da década de 1980. Eles capturaram certos aspectos de uma cidade idealizada (seja aquela que minguou para dar origem às cidades que se limitam a ser uma sucessão de rodovias-bunkers-publicidade, seja a que nunca teve a oportunidade de nascer), com suas praças, ruas, restaurantes, cafés, lojas, locais de descanso, conversa etc. Mas ainda há muito por fazer!

A última questão pretende elucidar um dos vínculos entre a postura ética e o trabalho da reflexão. Num artigo recente, você abordou a possibilidade de fazer da prática intelectual um exercício de dilapidação do ego, para tanto discorrendo sobre uma entrevista anônima dada por Michel Foucault em 1980.²⁴ O desvencilhamento entre a formulação das idéias e seu enunciador, então proposto – e praticado – pelo filósofo francês, tencionava pôr em xeque o primado da figura do autor e, no limite, o apelo à identidade pessoal; contudo, esse gesto provocador não foi (e está longe de ser) incorporado nas lides acadêmicas nem no mercado editorial, o que indica a dificuldade de renovar os modos de produção do conhecimento. Outro indício desses procedimentos sancionados pela remissão a uma autoridade de saber é nossa inclinação a lidar com o pensamento enquanto algo análogo a uma propriedade, um objeto palpável que, como tal, fomenta o desejo de posse e a “tentação da avaréza”, inibe a partilha e a troca albeia ao senso de hierarquia. O valor do que se pensa deriva, assim, menos da sua pertinência que do zelo em promover um acúmulo, entesourá-lo. A atitude de conceber o pensamento não como algo pronto, e

sim como um processo ou um percurso (o que sugere a contingência e o inesperado) — ou mesmo uma ferramenta cujo manuseio afiançaria ou recusaria sua adequação ao fim proposto —, conseguiria fortalecer a reflexão crítica e mitigar o mencionado apego que é, no fundo, uma forma de auto-indulgência? O que, afinal, está em jogo nesse desafio? Estaríamos dispostos a assumi-lo?

D. B. — Penso que não. Mas penso também que não dá para esperar esta disposição aparecer... É preciso inventá-la. E inventá-la para podermos, o mais cedo possível, evitar que as idéias que achamos ser nossas não se deem em leitos muito confortáveis, locais em que o sono pesa e o sonho é esquecido, quando uma noite fica igual a outra. Ora, pesadelos e sonhos são alguns dos poucos instrumentos disponíveis para diferenciar uma noite de sono de outra. Lembrando do que afirmara Nietzsche e, a seguir, Deleuze e Foucault, o conhecimento não é algo natural. E se ele é historicamente criado, poderá, também, ser historicamente enfraquecido, destruído, descartado.

Há um pequeno romance intitulado *Como me tornei estúpido* no qual se desenrola a narrativa sobre a vida de um rapaz que procura ser menos inteligente na vida: prefere ser alienado, ignorante, pois assim, pensa ele, sofreria menos. E então este surpreendente personagem produz uma imensa mudança no cotidiano para se tornar estúpido (uma das primeiras coisas que fez foi jogar seus livros no lixo). E, até certo ponto, ele percebe que é possível cultivar a estupidez. É possível empreender uma “arte de reduzir as cabeças”, título de um livro sobre a servidão do pensamento e do corpo na época ultraliberal. Em suma, assim como é possível fomentar o conhecimento, é totalmente viável fazer o contrário. E certamente eu não me refiro apenas ao conhecimento de intelectuais. Creio que o exercício do conhecimento permite o sonho e o pesadelo, abre espaço para a expansão da vida a partir da finitude de nossos corpos.

O que está em jogo é algo muito antigo, muito conhecido e sempre difícil: coragem, ou melhor, uma certa bravura destituída de bravata. Para quê? Para pensar as maneiras pelas quais pensamos! Um pensamento que acreditamos ser nosso, tal qual a unha sobre a carne, pode perder todo relevo se não for freqüentemente exposto a outros pensamentos... (de novo o risco do clichê). Por isso, é preciso estar atento, perceber em que medida uma experiência é um alimento para o pensamento ou para a ignorância. Esse discernimento já é algo difícil. Mas ele é fruto de um aprendizado, pois,

como conhecer não é algo garantido pela natureza, aprende-se o próprio caminho para poder distinguir quando uma idéia serve como jóia, pronta para ser ostentada, e quando ela serve como ferramenta, digna de abrir portas. Uma das questões a fazer sempre para nós mesmos poderia, talvez, ser esta: como funcionam nossos pensamentos e idéias? Servem como jóia ou ferramenta? Até o momento creio que sem essa questão primária é difícil estranhar alguma coisa, desapegar-se de uma idéia, perceber a riqueza de tantas outras e, ainda, ter a chance de rir um pouquinho dos nossos pequenos apegos e limites (é mais fácil começar pelos pequenos!).

Contudo, pensando nisso tudo enquanto lhe respondo, tendo a rir um pouco porque percebo nesse modo de pensar o quanto estou associando o exercício do pensamento à idéia da transformação (mudança no modo de pensar, questionamento de si). Ora, nem sempre foi assim na história! Desconfio que o referencial aqui é uma espécie de gosto por processos sísmicos da subjetividade, um certo desassossego, algo, portanto, bastante datado historicamente! Como vê, o que penso tem certamente seus limites.

NOTAS

- 1 Doutorando em História Social na PUC-SP, bolsista do CNPq.
- 2 Entre os trabalhos de Denise Bernuzzi voltados ao entrelaçamento dos corpos com o espaço urbano, ver: O receio dos “trabalhos perdidos”: corpo e cidade. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, jun. 1996; História do conforto na cidade de São Paulo. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 14, dez. 2000; O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910). *Projeto História*, São Paulo, n. 25, dez. 2002.
- 3 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo* (séculos XV-XVIII). 3. vol. São Paulo: Martins Fontes, 1995-1996.
- 4 André Leroi-Gourhan (1911-1986) foi um eminente arqueólogo e etnólogo francês, voltado principalmente ao estudo da assim chamada pré-história. Legou pesquisas de grande relevo no campo da história das técnicas, em especial: *Évolution et techniques*. 2. vol. Paris: Albin Michel, 1943-1945 [ed. port. *Evolução e técnicas*. 2. vol. Lisboa: Ed. 70, 1984]; *Le geste et la parole*. 2. vol. Paris: [s.n.], 1964-1965 [ed. port. *O gesto e a palavra*. 2. vol. Lisboa: Ed. 70, 1983].
- 5 Gilbert Simondon (1924-1989), reputado filósofo francês, deixou uma das mais influentes contribuições teóricas relacionadas ao pensamento da técnica e da tecnologia na segunda metade do século XX: *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1958.

- 6 Francis Ponge (1899-1988), poeta francês cujo grande projeto literário residiu em construir uma abordagem própria para lidar com a banalidade das coisas sem reduzi-las à função utilitária, investindo-lhes portanto de dignidade ética e estética. Sua obra mais conhecida é: *Le parti pris des choses*. Paris: Gallimard, 1942 [ed. bras. *O partido das coisas*. São Paulo: Iluminuras, 2000]. O escritor Ítalo Calvino observa, numa bela passagem, o ponto nodal da criação poética de Ponge: “pegar um objeto dos mais humildes, um gesto dos mais cotidianos, e tentar considerá-lo fora de todo hábito perceptivo, descrevê-lo fora de qualquer mecanismo verbal gasto pelo uso. E eis que uma coisa indiferente e quase amorfa como uma porta revela uma riqueza inesperada; de repente ficamos felizes por encontrar-nos num mundo cheio de portas para abrir e fechar. E isso, não por alguma razão estranha ao ato em si (como poderia ser uma razão simbólica, ideológica ou estetizante), mas só porque restabelecemos uma relação com as coisas enquanto coisas, com a diversidade de uma coisa para outra, e com a diversidade de qualquer coisa em relação a nós. Inesperadamente, descobrimos que existir poderia ser uma experiência muito mais intensa, interessante e verdadeira do que aquele corre-corre distraído com o qual se calejou nosso cérebro. Por isso Francis Ponge é, penso eu, um dos poucos grandes sábios de nosso tempo, um dos poucos autores basilares do qual partir para tentar não girar mais no vazio”. (CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 240-241 [grifos no original]).
- 7 SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *La recherche de la beauté: une contribution à l’histoire des pratiques et representations de l’embellissement au Brésil – 1900 à 1980*. 2 vol. Tese de doutorado – Universidade Paris VII, Paris, 1994.
- 8 Michelle Perrot (1928-), historiadora francesa, notabilizou-se por trabalhos voltados à história social das prisões, do proletariado e das mulheres, alguns dos quais bastante conhecidos do público brasileiro, em especial: *Histoire de la vie privée, 4: de la Révolution à la Grande Guerre* (Org.). Paris: Seuil, 1987 [ed. bras. *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991]; *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; *Femmes publiques*. Paris: Textuel, 1997 [ed. bras. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998].
- 9 Donna Haraway (1944-) é bióloga e filósofa norte-americana. Seus trabalhos traçam reflexões em torno do feminismo, dos estudos culturais e da tecnociência, com profunda influência sobre escritores de ficção científica e pesquisadores das relações de gênero. Seu texto mais conhecido é: *A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century*. In: _____. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991 [ed. bras. *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000].

- 10 Bruno Latour (1947-) é sociólogo francês e um dos maiores expoentes contemporâneos nos estudos relacionados à história das ciências. Entre seus trabalhos publicados no Brasil, encontram-se: *Nous n’avons jamais été modernes: essai d’anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 1991 [ed. bras. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994]; *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1987 [ed. bras. *A ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000]; *Pandora’s hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999 [ed. bras. *A esperança de Pandora: ensaio sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Edusc, 2001].
- 11 Paul Virilio (1932-), filósofo e urbanista francês, há mais de três décadas vem discutindo, com vigor e originalidade, as mudanças nas relações entre espaço e política, tempo e tecnologia, guerra e mídia. Suas obras, algumas das quais contempladas em edições brasileiras, incluem: *Vitesse et politique*. Paris: Galilée, 1977 [ed. bras. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996]; *Pure war*. Nova Iorque: Semiotex(e), 1983 [ed. bras. *Guerra pura: a militarização do cotidiano* (entrevista a Sylvere Lotringer). São Paulo: Brasiliense, 1984]; *L’espace critique*. Paris: Christian Bourgois, 1984 [ed. bras. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993]. Sobre a entrevista mencionada por Denise Bernuzzi, ver: *Os motores da história*. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- 12 Francisco Varela (1946-2001), biólogo e filósofo chileno, deixou trabalhos importantes sobre o fenômeno cognitivo e os sistemas vivos, tendo desenvolvido conceitos como o de *autopoiesis*, para afirmar a complementaridade entre função e estrutura. Uma de suas contribuições decisivas consistiu na crítica aos esquemas dualistas (mente-corpo, espírito-matéria, homem-meio ambiente) que fundamentaram boa parte do conhecimento científico, em benefício de uma perspectiva segundo a qual a mente não está situada na cabeça, mas enraizada no corpo como um todo e incontornavelmente relacionada ao contexto específico que envolve o organismo vivo. Entre suas obras, cabe mencionar: *The tree of knowledge: a new look at the biological roots of human understanding* (co-autoria com Humberto Maturana). Boston: Shamballa; New Science Library, 1987 [ed. bras. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano*. Campinas: Psy, 1995]; *Un know-how per l’etica*. Roma: La Terza, 1992 [ed. port. *Sobre a competência ética*. Lisboa: Ed. 70, 1996].
- 13 SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *O prazer justificado: lazer em São Paulo (1969/1979)*. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1988. [*O prazer justificado: história e lazer* (São Paulo, 1969-1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.]

- 14 MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 2. vol. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- 15 MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. *Sociologia e antropologia*. 2. vol. São Paulo: EPU; Edusp, 1974.
- 16 SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *São Paulo das águas*. Tese de livre-docência – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.
- 17 RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 202.
- 18 SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Apresentação. In: _____ (Org.). *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995, p. 17.
- 19 SANTOS, Milton. Metrópole: a força dos fracos é o seu tempo lento. In: _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- 20 MELO NETO, João Cabral de. *Serial*. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- 21 CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- 22 SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- 23 SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Coisas do outro mundo. In: _____. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- 24 SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Fugir do próprio rosto. In: RAGO, Margaret; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 [no prelo]. A entrevista dada por Foucault foi publicada no jornal francês *Le Monde* em 6 de abril de 1980, com o título “Le philosophe masqué”.